

Indicação para Diretor da IFI

(Ofício “S” nº 32, de 2019)

Josué Pellegrini

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

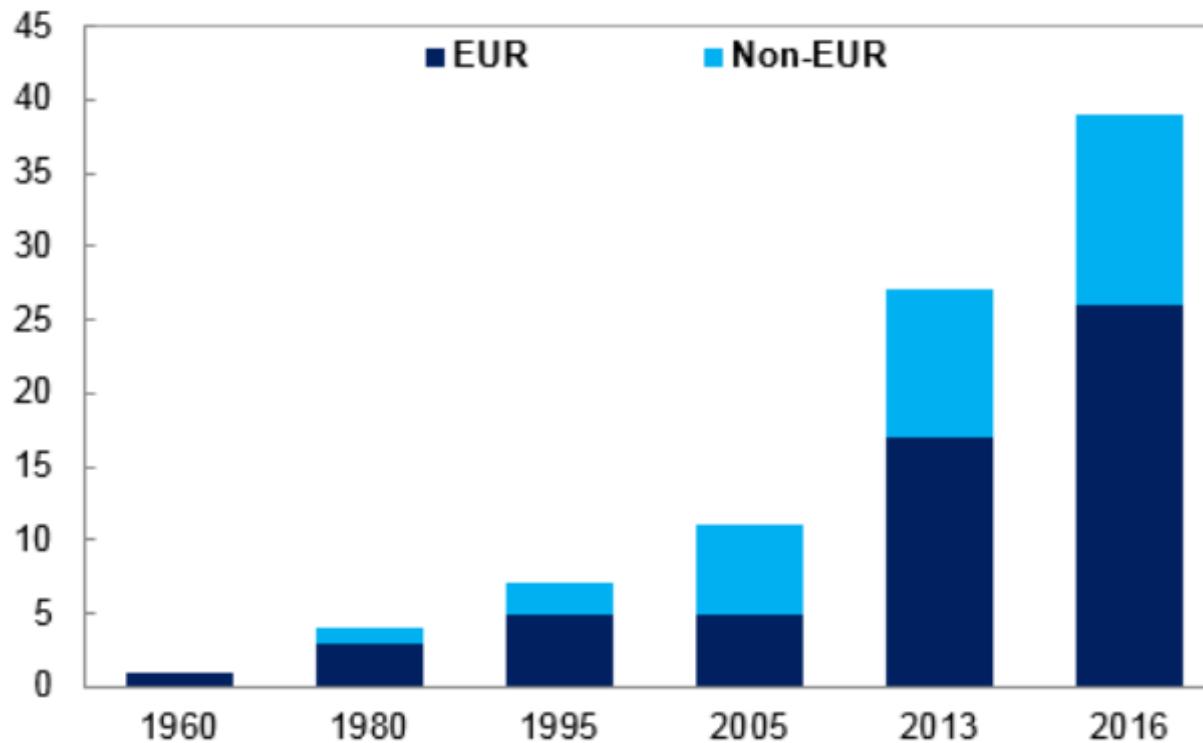
Brasília, 09 de julho de 2019

O que é uma Instituição Fiscal Independente - IFI?

- IFIs são instituições públicas com mandato para realizar análises técnicas e apartidárias sobre política fiscal e orçamentária com objetivo de:
- melhorar a **disciplina** fiscal;
- promover maior **transparência** das contas públicas; e
- elevar a **qualidade** do debate sobre política fiscal.

Instituir IFIs é uma tendência após a crise de 2008

Figure 1. Number of Independent Fiscal Councils in the World

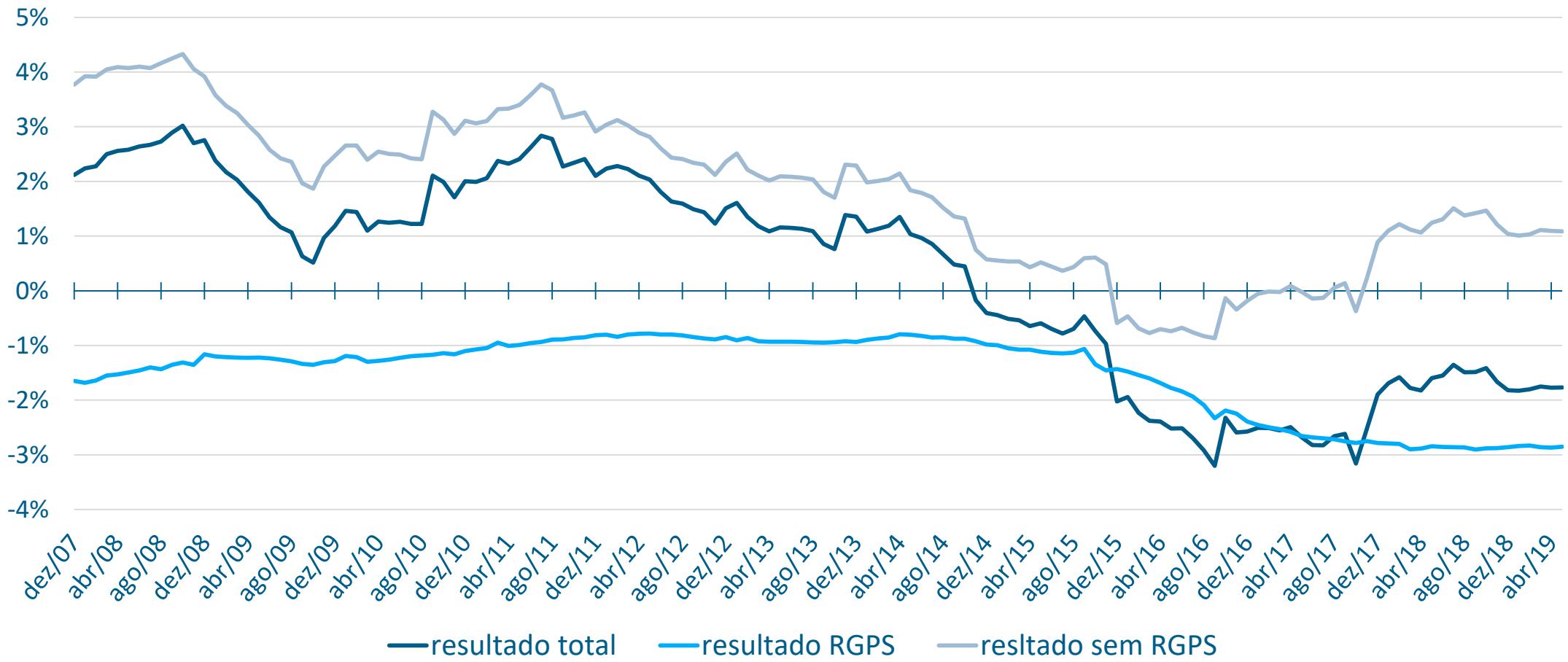


Source: IMF Fiscal Council Dataset. Note: "EUR" is European, "Non-EUR" is non-European.

Atribuições da IFI (Resolução nº 42, de 2016)

- divulgar suas **estimativas de parâmetros** e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários;
- analisar a **aderência do desempenho** de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente;
- mensurar o **impacto de eventos fiscais relevantes**, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial; e
- projetar a **evolução de variáveis** fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.

Resultado do governo central (% PIB)



Brusca queda de 4,1 pp do PIB do resultado de 2011 a 2015. Estabilidade posterior, mas às custas das demais receitas e despesas (1,7 pp), pois, no RGPS, houve forte aumento do déficit (1,5 pp).

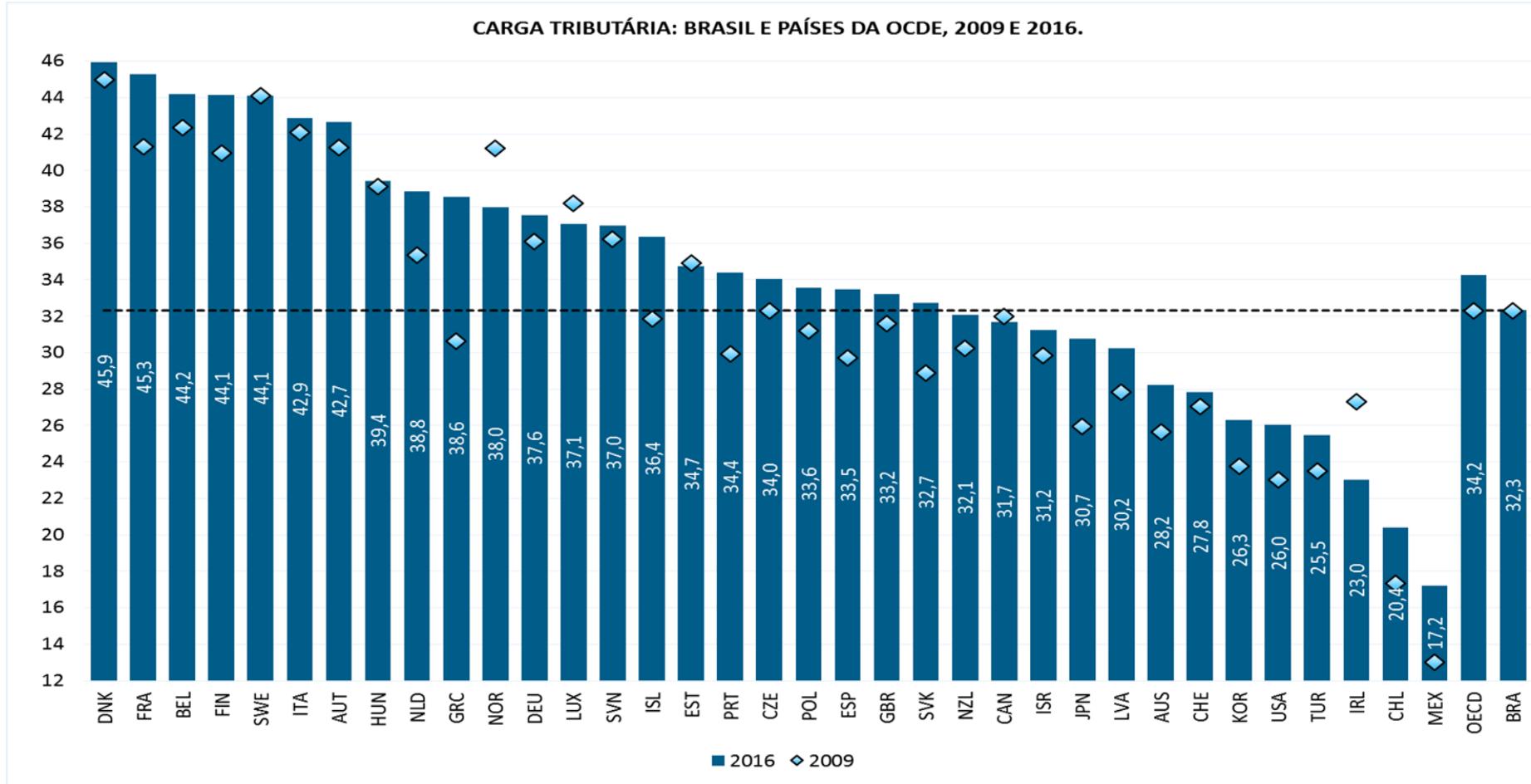
Contas do governo central - % PIB

	dez/11	dez/15	mai/19
receita	18,90%	17,40%	17,90%
despesa	16,80%	19,40%	19,70%
resultado	2,10%	-2,00%	-1,80%
RGPS			
receita	5,60%	5,80%	5,80%
despesa	6,40%	7,30%	8,60%
resultado	-0,80%	-1,40%	-2,90%
sem RGPS			
receita	13,20%	11,60%	12,10%
despesa	10,30%	12,10%	11,00%
resultado	2,90%	-0,60%	1,10%

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central.

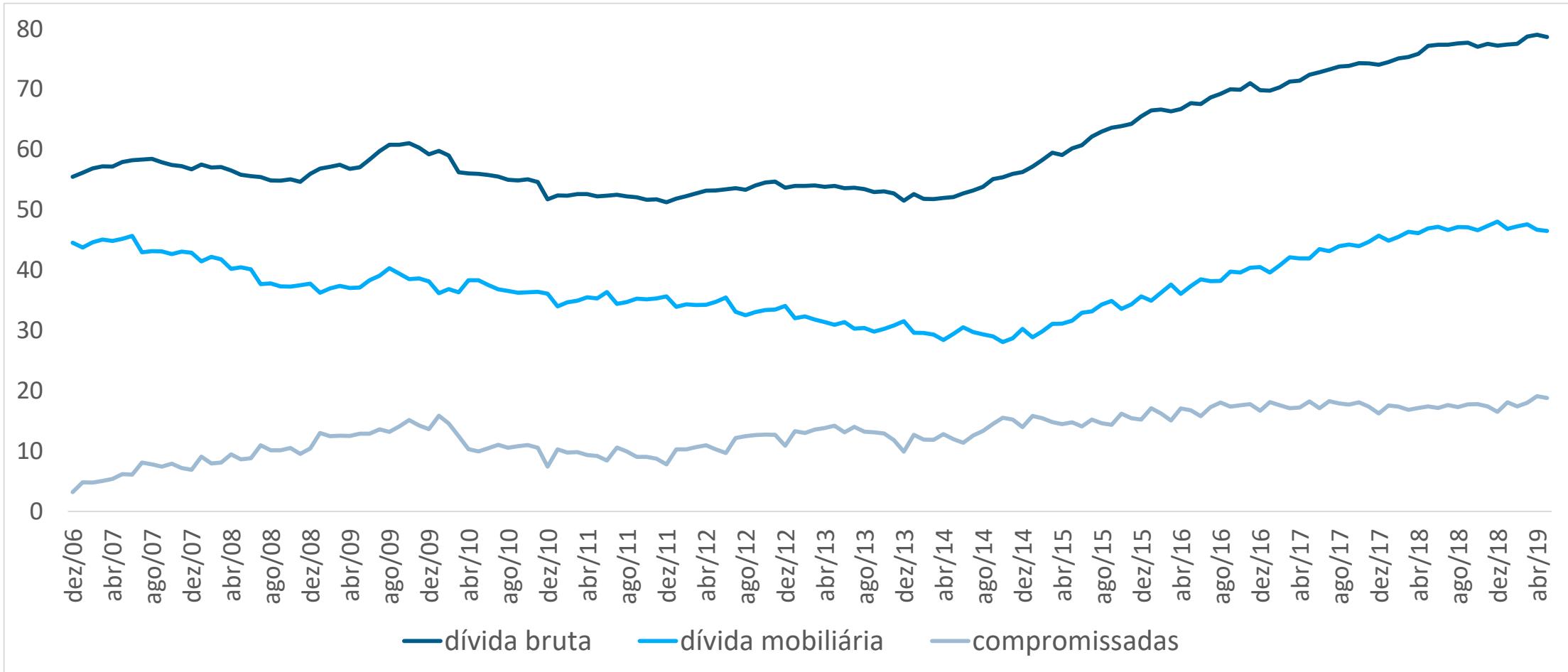
Carga tributária - comparação internacional

Brasil no padrão OCDE



Evolução da dívida pública do Brasil (% PIB)

Relativa estabilidade até 2014 e rápido aumento a partir de 2015



A dívida pública brasileira supera em larga medida a média dos países emergentes e se aproxima do nível dos desenvolvidos, com déficits nominais (incluindo juros) mais elevados.

Dívida bruta e déficit nominal- % do PIB

		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2024
Brasil	Dívida	60,2	62,3	72,6	78,3	84,1	87,9	97,6
	Déficit	3	5,4	10,2	9	7,9	6,8	5,8
Emergentes	Dívida	38,7	40,8	43,9	46,8	48,5	50,8	61,2
	Déficit	1,4	2,4	4,4	4,8	4,3	4	4,3
Desenvolvidos	Dívida	105,1	104,6	104,2	106,7	104,6	103,6	103
	Déficit	3,6	3	2,5	2,5	2,1	2,1	2

Fonte: FMI data

Qual o tamanho do esforço fiscal necessário para estabilizar a Dívida Bruta do Brasil(DBGG)?

Simulações para o superávit primário requerido para **estabilizar a DBGG**

Juros e PIB - variação %	Dívida - % do PIB					
	60	70	80	90	100	110
3,5% e 3,0%	0,30	0,35	0,40	0,45	0,50	0,55
4,3% e 2,2%	1,26	1,47	1,68	1,89	2,10	2,31
5,0% e 1,5%	2,10	2,45	2,80	3,15	3,50	3,85
5,5% e 1,0%	2,70	3,15	3,60	4,05	4,50	4,95
6,0% e 0,5%	3,30	3,85	4,40	4,95	5,50	6,05

Fonte: Elaboração própria.



Como o deficit é de 1,7% do PIB, há pelo menos
3,4 pontos do PIB para serem “resolvidos”

Premissas utilizadas nas projeções da IFI

PREMISSAS PARA AS PROJEÇÕES DE DESPESAS PRIMÁRIAS DA IFI	
Despesas	Premissas
Benefícios previdenciários	Projeções conforme RAF de abril Cenário base: IPCA (t-1) mais crescimento real (3,1% em 2019 e 0,5% nos anos seguintes)
Pessoal e encargos sociais	Cenário otimista: IPCA (t-1) mais crescimento real (3,1% em 2019 e -0,5% nos anos seguintes) Cenário pessimista: IPCA (t-1) mais crescimento real (3,1% em 2019 e 2,0% nos anos seguintes)
Abono salarial e Seguro desemprego	INPC (t-1) mais crescimento da população ocupada
BPC	Projeções conforme NT 28 (ajustadas para critério do Tesouro)
Compensação pelas Desonerações da Folha	Projeção do Executivo em 2019, R\$ 8,0 bilhões em 2020 e R\$ 2,0 bilhões em 2021. Zero nos anos seguintes
Complementação da União ao FUNDEB	PIB Nominal
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	IPCA (t-1)
Precatórios e sentenças judiciais	
Pessoal	IPCA (t-1)
Previdenciários, BPC e demais	PIB Nominal
Subsídios e Subvenções	Projeção do Executivo em 2019. IPCA (t-1) nos anos seguintes
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	Projeção do Executivo em 2019. Média histórica em 2020. IPCA (t-1) nos anos seguintes
Lei Kandir	Valor fixo de R\$ 1.910 milhões em toda a série
Financiamento de Campanha Eleitoral	Em anos pares, IPCA (dois anos anteriores). Em anos ímpares, zero.
Bolsa Família	Em 2019, IPCA (t-1) mais 8,3%. Nos anos seguintes, IPCA (t-1)
Demais obrigatorias	IPCA (t-1)
Discretionárias do Poder Executivo	IPCA (t-1) - Contingenciamento (em 2019 e 2020)
Cenário base: 80% do impacto projetado pela IFI para as mudanças no RGPS. 100% do impacto projetado pela IFI para o abono salarial. Não considera alteração nas regras atuais do BPC	
Impactos da Reforma da Previdência (PEC 6/2019)	Cenário otimista: 100% do impacto projetado pela IFI para as mudanças no RGPS. 100% do impacto projetado pela IFI para o abono salarial. Não considera alteração nas regras atuais do BPC Cenário pessimista: 40% do impacto projetado pela IFI para as mudanças no RGPS. Não considera alteração nas regras atuais do abono salarial e do BPC

Fonte: Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 28 –

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/557346/RAF28_MAIO2019.pdf

Projeções da IFI: cenário base

Apontam para um déficit primário decrescente que se tornaria positivo em 2026. Entretanto, tendo em vista a dinâmica das despesas obrigatórias, mesmo com a reforma previdenciária, o resultado é obtido às custas das despesas discricionárias que ficará em nível mínimo e do congelamento das despesas com pessoal, a partir do acionamento do gatilho do teto de gastos, em 2023.

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)

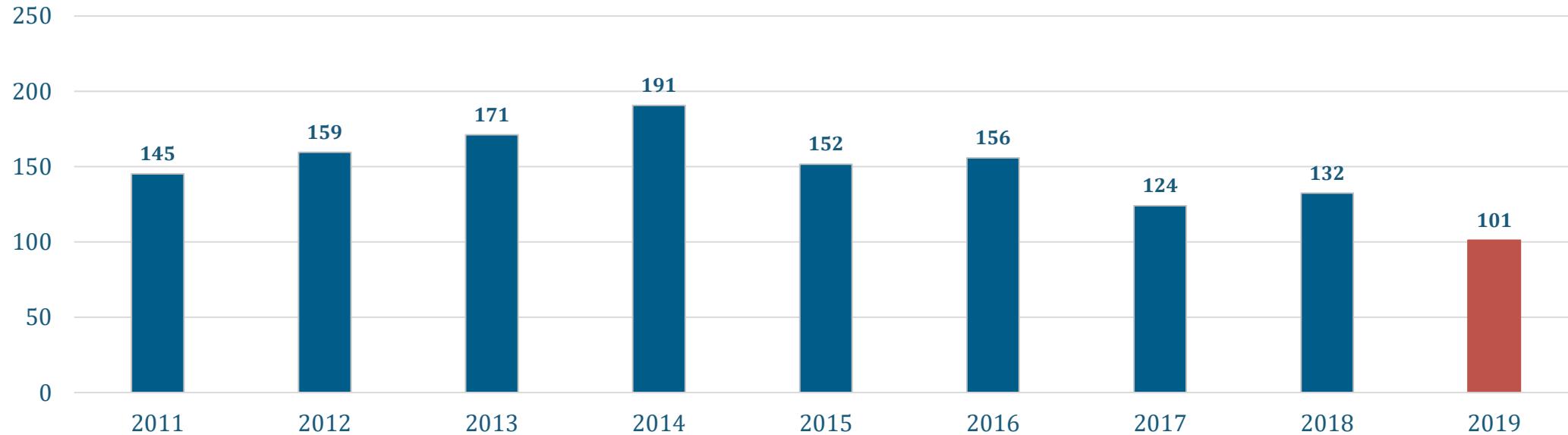
Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita total	1.484	1.527	1.596	1.709	1.831	1.960	2.092	2.233	2.383	2.545	2.719	2.906	3.106
Transferências a E&M	257	264	271	293	316	341	366	394	423	455	489	526	565
Receita Líquida	1.228	1.262	1.324	1.417	1.515	1.619	1.725	1.839	1.960	2.090	2.230	2.380	2.540
Despesa Primária	1.352	1.401	1.449	1.526	1.614	1.683	1.762	1.842	1.933	2.026	2.135	2.247	2.378
Obrigatorias	1.223	1.298	1.373	1.447	1.532	1.599	1.674	1.751	1.838	1.928	2.033	2.141	2.268
Previdência	586	626	688	739	791	841	896	956	1.021	1.092	1.171	1.259	1.359
Pessoal	298	319	334	349	364	365	365	365	366	366	366	367	367
Abono e Seguro	54	56	44	46	49	52	54	57	60	63	66	70	73
BPC	56	60	63	67	71	75	79	83	88	93	98	104	110
Bolsa Família	30	34	35	36	38	39	41	42	44	46	47	49	51
Demais obrigatorias	199	203	209	210	219	227	239	247	260	269	283	292	308
Discricionárias (Executivo)	129	104	75	78	82	85	88	91	95	98	102	106	110
Resultado primário	-120	-139	-124	-109	-99	-64	-36	-4	27	64	95	133	163

Fonte: Tesouro (2018) e IFI (anos seguintes).

Compressão continua das despesas discricionárias, inclusive investimentos

Para 2019, a projeção de receita líquida é de R\$ 1.262 bilhões e a de despesas, R\$ 1.401 bilhões, resultando em déficit primário de R\$ 139 bilhões. Contudo, a projeção inicial de despesas, antes do contingenciamento, era maior: R\$ 1.431 bilhões. Deste total, R\$ 1.298 bilhões referiam-se às despesas obrigatórias e R\$ 134 bilhões às discricionárias, o que resultaria em déficit primário de R\$ 169 bilhões (R\$ 1.262 menos R\$ 1.431 bilhões).

GASTO DISCRICIONÁRIO DA UNIÃO (R\$ BILHÕES, PREÇOS DE MAR/19)

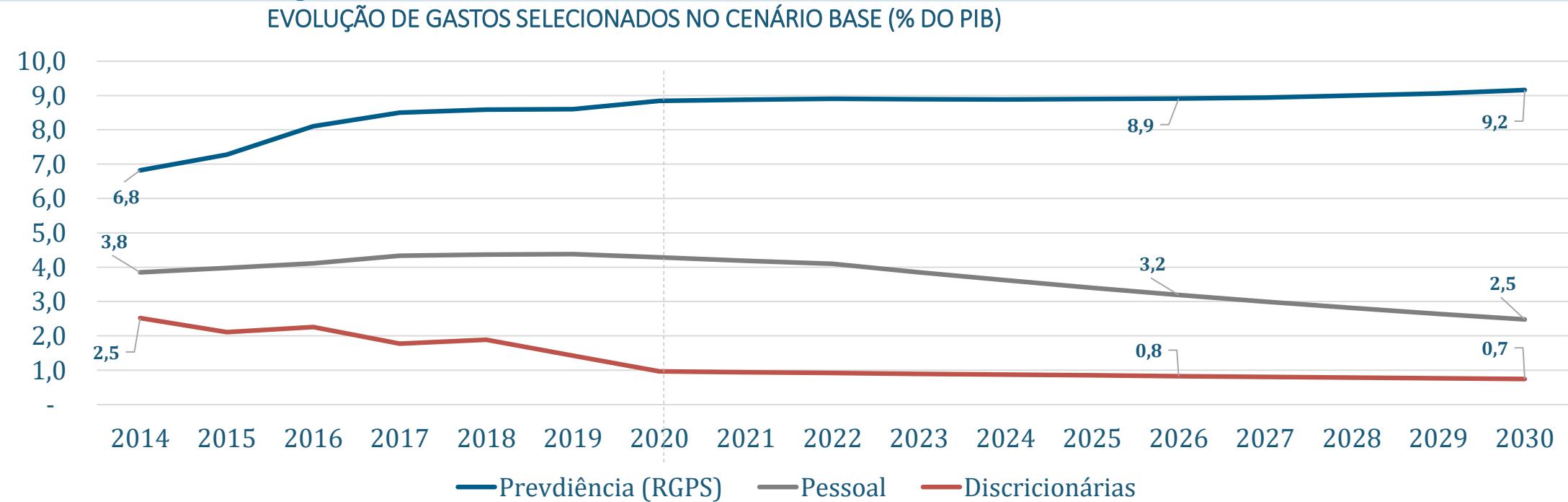


Fonte: Tesouro (2011 a 2018) e IFI (2019).

Projeções para as principais despesas

O gasto com pessoal previsto reduziria de 4,2% do PIB para 2,5% do PIB entre 2020 e 2030. Essa redução seria não apenas provocada por ausência de reajustes reais e nominais, mas também pelas restrições para realização de concursos públicos.

Quadro de redução de servidores e congelamento de salários nominais pode representar séria restrição ao funcionamento do Estado. O risco é de paralisação ou mau funcionamento da máquina pública, mesmo com funcionamento dos gatilhos.



Fonte: Tesouro (2014 a 2018) e IFI (anos seguintes).

Risco de descumprimento de regras

BALANÇO DE RISCOS E RETORNO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Risco de descumprimento de teto de gastos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	Baixo	Baixo	Médio	Alto	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Base	Baixo	Baixo	Médio	Alto	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Pessimista	Baixo	Médio	Alto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco de descumprimento/revisão da meta de resultado primário*	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	Baixo	Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Base	Baixo	Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Pessimista	Baixo	Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retorno do superávit primário	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	DP	DP	DP	DP	DP	SP						
Cenário Base	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	SP	SP	SP	SP	SP
Cenário Pessimista	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	SP	SP	SP	SP	SP

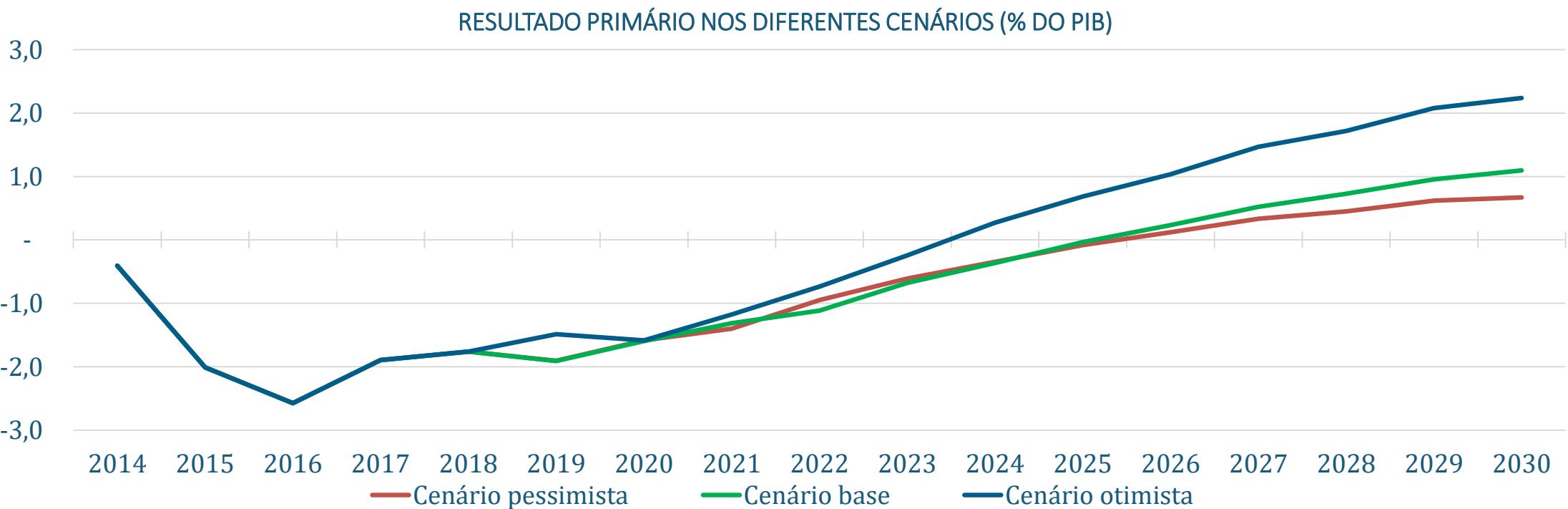
Fonte: IFI. * Nos seus cenários, a IFI considera a meta de resultado primário apenas para 2019, conforme LDO 2019, e para 2020, conforme PLDO 2020. Na PLDO, as metas para 2021 e 2022 são apenas indicativas e, portanto, sensíveis a resultados fiscais ainda desconhecidos. DP = déficit primário e SP = superávit primário.

Fonte: Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 28

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/557346/RAF28_MAIO2019.pdf

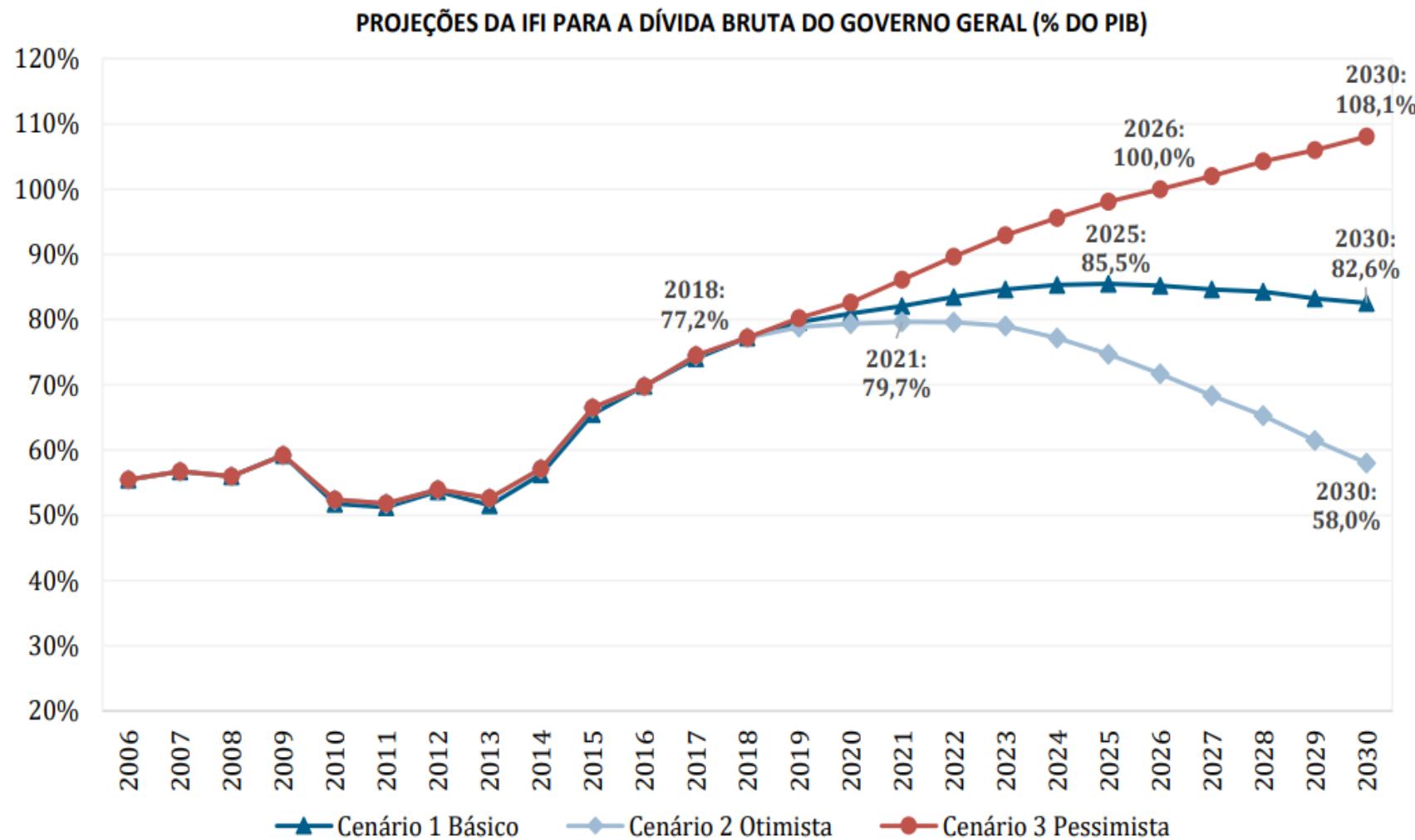
Projeções para o resultado primário

No cenário otimista, o primário vai a 2,2% do PIB e retorna ao campo positivo a partir de 2024. No pessimista (segundo mais provável), o primário atinge 0,7% do PIB, mas só volta ao campo positivo em 2026. No cenário base, atinge 1,1% do PIB de superávit, em 2030, e torna-se superavitário apenas a partir de 2026.



Fonte: Tesouro (2014 a 2018) e IFI (anos seguintes).

Projeções para a dívida pública



Fonte: Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 28

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/557346/RAF28_MAIO2019.pdf